

TERRITÓRIO URBANO, PODER,
CONFLITO E DESENVOLVIMENTO.
UMA VISÃO SOCIOLÓGICA.



*António Carlos Sequeira da Teodora*¹
Coronel de Infantaria

RESUMO

A sociedade moderna construiu-se segundo padrões de conformidade entre pessoas que vivem em espaços comuns e contíguos, disputando relações de poderes que sustentam as expectativas do desenvolvimento.

As sociedades ditas democráticas, passam a mensagem da participação activa de cada um dos cidadãos, que cobre uma realidade oposta, por o poder decisório que influencia as regras sociais estar nas mãos das elites que dominam os legítimos representantes da sociedade, com o desígnio de condicionarem o comportamento da colectividade em seu benefício. O espaço urbano é um local de conflitualidade permanente na disputa de interesses apelativos dos grupos que modelam comportamentos semelhantes entre os seus pares.

Num ambiente de permanente disputas, o poder local emerge progressivamente como um agente determinante e basilar das sociedades actuais, orientando esforços e saberes que permitem encontrar dinâmicas equilibradas face a um poder central que se encontra na posse das elites.

Palavras-chave: território urbano; conflito; poder; desenvolvimento.

¹ É Professor Regente da unidade curricular de Logística na Academia Militar. É coordenador do Grupo Disciplinar de Organização, Tática e Logística. É membro-efectivo do CINAMIL – Centro de Investigação da Academia Militar.

Introdução

Na construção da sociedade moderna, a cidade surge essencialmente como a materialização de um novo projecto social. O pensamento social congregou vontades no sentido de alterar a concepção do urbano como um cenário de divergências políticas ou como o espaço onde tem lugar as controvérsias económicas fundamentais à sociedade contemporânea.

A representação do espaço social mantém valorizado o papel das instituições que ainda seguem uma vertente mais tradicionalista fazendo parte da heterogeneidade do tecido urbanístico. O papel da globalização tem vindo a alterar as competências do Estado em si, desenvolvendo uma transferência progressiva de poderes para o urbano. Este espaço é cada vez mais caracterizado como um local de concentração de poderes, onde permanentemente surgem novos actores, novas formas de intervenção social e consequentemente novos níveis de relação entre as forças sociais na disputa do espaço e do poder local.

As cidades são o ponto de atracção das sociedades capitalistas por serem os espaços das grandes transformações sociais, onde se disputam os poderes locais e onde se concentram riquezas, capacidades técnicas e científicas com a intenção de integrar a cidade no mundo.

Sendo a cidade um espaço politizado, a acção torna-se vinculativa ao acto eleitoral, de cariz democrático, pela disputa do poder local, numa heterogeneidade complexa, conferindo à cidade a importância que progressivamente vem conquistando.

Na perspectiva da globalização, a cidade é o espaço da emergência da conflitualidade dos poderes locais onde a informação e os saberes individuais e fundamentalmente dos grupos dão ritmo às mudanças sociais.

A tipologia da gestão do espaço é diversa de região para região, vocacionando-se para as áreas onde pode recolher maior adesão na simpatia dos munícipes e onde pode captar maior capital económico na perspectiva do desenvolvimento urbano.

As cidades desenvolvem-se segundo concepções políticas disseminadas pelos eleitores que pretendem, numa perspectiva democrática, tomar parte da actividade local exercendo o seu direito de cidadania. É a partir deste conceito e desta prática que se criam associações dissemelhantes que pretendem, dentro do seu espaço de influência, dar real cumprimento aos seus deveres e obrigações como cidadãos interventores do espaço social.

A cidade não se cinge ao espaço, à construção e ao desenvolvimento. A cidade é fundamentalmente um local de esboço de experiências e progresso, de padrões que pretendem reger uma sociedade pela diversidade e pela comunhão de princípios.

As cidades são organismos complexos onde permanentemente se geram fluxos migratórios pendulares, onde se mescla o cheio e o vazio, a abundância e a escassez, o buliço e o silêncio.

Evolução do espaço urbano

A industrialização gerou o maior êxodo jamais realizado na sociedade na procura de melhores condições de sobrevivência, quer pela superior oferta económica quer pelas garantias no campo social. O desenvolvimento da mecanização permitiu economizar os recursos humanos no espaço rural, provocando uma desertificação e uma escassa e uma progressiva renovação da sociedade pelas gerações mais novas. O espaço rural tornou-se cada vez mais desertificado pela ausência de uma população activa. Os fluxos migratórios aumentaram progressivamente em direcção às onde se concentrarem volumes excessivos de pessoas para os quais as cidades não estavam preparadas. As cidades não dispunham de habitação, água potável, esgotos, transportes e alimentação em quantidade e qualidade que permitisse satisfazer as necessidades, agravado dos preços elevados decorrentes da escassez. Esta questão levou os estudiosos e responsáveis da altura a empenharem-se na análise do problema que progressivamente foi ganhando contornos de estabilização, depois do espaço urbano ter passado pelo desemprego em larga escala, greves e fome em oposição ao que se verificou no início do processo de industrialização.

A organização da sociedade passou por várias orientações políticas, tendo as regiões do mundo desenvolvido assumido uma ideologia capitalista, que pauta a sua postura pela atribuição do poder a um conjunto de elementos que advoga ser representante da comunidade, que dispõe de meios que lhe permite conservar o *poder* na sua esfera de influência, contrapondo e enfrentando quaisquer oposições que possam por em risco a autoridade que lhe foi conferida.

O actual conceito de capitalismo veio implementar uma nova relação na actividade laboral onde predomina o anonimato entre o executante e a direcção, regulando a relação unicamente por índices de produção padronizados. O conceito

de relação laboral como uma extensão do espaço familiar findou com a implementação do mundo capitalista. Esta nova articulação social impulsionou o grupo executor para congregações de massas, no sentido de poderem efectuar pressão sobre a empresa na obtenção dividendos partilhados entre os seus elementos.

A sociedade passou a ser considerada como um espaço estratificado e de mutabilidade, em complemento do campo social, económico e político.

“Chega-se assim à tomada de consciência de que o contexto social urbano não é apenas um espaço social mais alargado ao qual se podem estender as conclusões elaboradas em campos de estudo mais manobráveis, mas que também é uma variável que comporta efeitos quantitativos e qualitativos substancialmente diferentes” (Stein, 1929, p. 1590).

Harmonização social e poder

O espaço urbano é um local estratificado onde impera o pluralismo conceptual de vivência em sociedade.

Hunter (1953) defende que a sociedade encerra em si uma distribuição desigual de poder em comparação com a partição de riqueza, existindo um volume significativo de cidadãos que está arreigado das acções de interesse social. Advogava também que as elites detentoras do poder são constituídas por grupos com reduzido número de elementos que se associam internamente por comungarem de pensamentos e comportamentos análogos. São elites que se dedicam fundamentalmente à apropriação do poder económico, seguido do poder político.

“Estes homens (os *businessmen*) têm às suas ordens em certos casos, todo o aparelho do governo local; em muitos casos controlam grandes empresas industriais, dentro das quais a sua vontade é soberana e produz efeitos que atingem uma vasta parte dos cidadãos. São homens que têm poder, prestígio, influência; são aqueles que, em certa medida, decidem por toda a comunidade” (Hunter, 1953, p. 24).

Para Dahl (1961) “na comunidade podem-se destacar vários grupos em disputa entre si com o objectivo de se apropriarem dos diversos recursos disponíveis na enquadrante económica, social e política, sendo o poder da comunidade o que permite a formulação de um corpo pluralista com equiparação à organização democrática”.

No conceito de Hunter (1953) a sociedade está articulada em dois grupos: um grupo que domina e está em sintonia com quem é detentor do poder legitimamente assumido e outro que se encontra privado de qualquer poder. Na sua perspectiva a sociedade encontra-se piramidalmente estruturada pelo poder.

Cavalli (1969) refere que “consegue por em evidência que *Regional City* está de facto nas mãos de uma restrita *elite* de grandes industriais e financeiros que controlam todas as posições de poder e todas as instituições relevantes. Deputados e presidentes de câmara são as suas personagens, jornais e rádio os seus instrumentos, as livres associações não são na realidade mais do que cadeias de transmissões, visto que nas suas reuniões se discute e decide... aquilo que a elite já decidiu. A *Regional City* faz desvanecer também o mito da livre associação americana como centro da vida democrática: a associação é reduzida a instrumento de manipulação”.

Em oposição a esta teoria outra existe em que não faz distinção entre a elite que é detentora do poder, e que exerce essa acção, e os restantes que não integram aquele grupo minoritário.

Este conceito não assume que o exercício do poder é exercido unicamente pelo grupo que detém esse poder, avocada que está a diferenciação de interesses dentro do grupo, quer nos métodos quer nos fins a atingir. Os conflitos sociais não surgem entre e dentro das classes sociais mas entre grupos que estão na posse de poderes opostos.

No sentido de estruturar a organização das sociedades, Gilbert defende o seguinte conceito:

- Há uma evolução normal na passagem das estruturas centradas para outras de cariz pluralistas que são inerentes ao natural crescimento das sociedades;
- A condição de pluralismo tem uma correspondência com as origens do espaço em apreço;
- A organização do espaço urbano transmite uma noção do seu desenvolvimento.

Assiste-se a uma relação entre espaços urbanísticos, por razões de dependência funcional, que contraria as expectativas dos responsáveis que tentam a todo o custo obter independência pela criação de mecanismos que tornam as regiões autónomas. Esta ansiedade, própria dos espaços urbanos que pretendem desenvolver-se, está na base de luta de poderes. Com base nesta articulação do urbano, surge a teoria da dinâmica metropolitana que exerce o controlo sobre o espaço urbanístico de entidades interfuncionais, local onde predomina a

interdependência funcional com os sistemas extra comunitários. É desta situação que surge a tendência do desaparecimento das lideranças restritas dando lugar aos profissionais políticos.

Na conflitualidade que emerge dos desenvolvimentos das sociedade, pela conquista dos lugares de decisão, Ferrarotti (1973, p. 24) refere que existe uma superioridade política na estrutura evolucionista do espaço urbano concluindo que “o desenvolvimento da cidade é função do conflito que a própria cidade é teatro (...) este desenvolvimento não é nada de impessoal, de automático (...). É pelo contrário, simplesmente um facto político”. Este autor defende ainda que no seio urbanístico está presente uma multiplicidade de organismos de poder correlacionados e capacitados de independência e de sistemas intrínsecos que lhes permite um desenvolvimento autónomo. O autor estrutura o espaço urbanístico com base em cinco estruturas:

- Económico-ecológica ou produtiva;
- Política;
- Escolar e *mass media*, que permitem uma propagação que se pretendem preservar como elementos fundamentais de uma cultura e criação de novos valores
- Familiar reprodutiva;
- Simbólica associada ao sagrado e ao profano.

Numa forma simplista, o espaço urbano, do ponto de vista social, está estruturado pelos indivíduos que são pagos pelo esforço do trabalho que desempenham e pelos que pagam esse mesmo trabalho; na perspectiva empresarial, existem os que mandam e os que são mandados.

Para o exercício do poder no mundo capitalista, há necessidade de se associarem dois elementos fundamentais: a organização e a informação: “Naturalmente que em ambos os sectores o poder é tanto maior quanto mais importantes são, por um lado, as estruturas organizativas que se controlam, quanto mais amplo é o âmbito das decisões que a ele se prendem e quanto mais a elas dizem respeito ao funcionamento de todo o sistema social; por outro lado quanto mais pertencentes ao funcionamento do sistema são as informações, tanto maior é o poder derivado do seu controle” (Anfossi, 1969, p.325).

Para o exercício do poder é fundamental existirem estruturas organizativas que dêem corpo sustentado ao seu exercício. Neste campo gera-se uma disputa de interesses comuns que provocam a conflitualidade entre parceiros opositores

no sentido de se apropriarem de oportunidades, mormente espaciais de reconhecido valor, que lhes garantem vantagem no campo socioeconómico.

Os espaços habitacionais e a construção continuam a ser encarados como áreas especulativas de rendimento seguro, pelos lucros consideráveis que propiciam aos seus investidores, embora ocorram por vezes períodos de arrefecimento transitório, situação que pode ser encarada em paridade com os negócios da banca.

Com a evolução do espaço urbano foi criada uma diferenciação entre os bairros luxuosos e os espaços confinados por *guetos* onde a miséria exuberava, lugares distintos que estão ligados entre si por como resultado das regras de desenvolvimento de uma sociedade.

A dinâmica do espaço urbano desenvolve-se em relações de violência, com momentos de pacificação e de agitação social, mas sempre em crise aberta. Os fenómenos urbanísticos estão cobertos por prodígios que estão em permanente confronto, sendo o suporte base do desenvolvimento e da dinâmica urbana, conflitualidade que não é desejada mas necessária. Ferrotti (1973, p. 26) defende que “há no desenvolvimento da cidade momentos de graça, quer dizer, fases de conflito tão aberto e cru nos quais a mentira já não é possível e os destinos das pessoas, o sofrimento quotidiano e individual se salda imediatamente com mudanças históricas. Pela clareza de visão e pelo significado que à vida de cada um são conferidos por estes momentos de crise o preço a pagar, embora doloroso, nunca é demasiado alto”.

Conceito de Cidade

Numa análise conceptual dicotómica, professada por Ferdinand Tonnies e Durkheim, a sociedade apresenta-se segundo dois pólos diferenciados na forma de vivência, delimitada pelo vínculo económico-político.

Para Ferdinand Tonnies a sociedade é constituída de forma passageira e aparente como um agregado mecânico onde cada indivíduo está só e em estado de tensão com todos os restantes, onde se desenvolvem actividades e poderes individuais que se encontram demarcados uns dos outros, regulados por posturas hostis. Refere o autor na sua obra que nada se dá sem troca, numa permuta equivalente de trabalho.

Para Émile Durkheim (1962) existem dois tipos de sociedade: a solidariedade mecânica e a solidariedade orgânica. A primeira é alicerçada segundo uma estrutura

social diferenciada, onde é praticamente inexistente a divisão social do trabalho, onde cada cidadão ocupa posições muito gerais, realizando uma ampla variedade de tarefas com responsabilidade. Os membros que constituem este tipo de sociedade nutrem por conhecimentos semelhantes como garante da união da sociedade, prevalecendo uma consciência colectiva em detrimento da individual e onde se cultiva o direito à repressão. Esta tipologia social é encarada com semelhanças entre os indivíduos, sem divisão do trabalho, regulamentada pela consciência colectiva. Tem como resultado uma acção racional, reflectida, calculista, obedecendo aos interesses pessoais, à ambição ou à vontade de poder ou de dinheiro. A solidariedade orgânica para o autor é como uma estrutura social muito diferenciada, com divisão pormenorizada do trabalho, sendo a união social mantida pela diferença que naturalmente existe entre pessoas, que se mantêm independentes umas das outras. Nesta tipologia social existe uma prevalência na consciência individual diferenciada que se sobrepõe à colectiva e onde existe o direito repressivo.

O sistema camponês é caracterizado por uma vivência familiar comunitária, estabelecida por um contacto directo e pessoal, constituído por normas de convivência e de consenso numa postura de reciprocidade franca comum. Esta perspectiva é defendida por Ferdinand Tönnies por preferir a existência de uma comunidade com traços da Idade Média onde a organização social, essencialmente orgânica, é gerida pela vontade do coração dando origem às paixões, amor, ódio, amizade, maldade, características que são próprias de um organismo vivo.

No contexto actual o ambiente citadino entre cidadãos estabelecem relações de passividade com contornos de confrontação mútua. Há uma vivência fechada de privação de oportunidades aos outros, baseando-se os intercâmbios por intenções calculistas e frígidas.

Presentemente o conceito urbano está intimamente associado à concentração de recursos de toda a ordem. Como suporte das dinâmicas da sociedade, o factor mobilidade permite uma acessibilidade cada vez mais facilidade aos locais de preferência, característica que se pretende mais eficaz em disponibilidade e facilidade de acesso. Assiste-se a um desanuviamiento dos espaços internos urbanos por preferência dos limítrofes, com acessibilidades adequadas, factor que se torna decisivo para a escolha do local de habitação e para a preferência dos locais de trabalho, binómio que é garantido com base em movimentos pendulares diários.

Fazendo uma análise dicotómica, do ponto de vista sociológico, o diferencial entre o rural e o urbano não regista dois sistemas socioeconómicos diferentes com autonomias próprias, processo que foi iniciado pela sociedade industrial na

procura de melhores condições por parte do campesinato. Segundo alguns estudos, a conclusão remete-se para uma ineficácia do sistema social se for eivado por um conceito individualizado de rural e cidadão.

Conflitualidade no meio urbano

A conceptualização teórica dos processos urbanos cinge-se à concentração espacial, à divisão do trabalho e ao poder.

Na vertente económica, o interesse pela apropriação de espaços de conveniência estão relacionados com a procura de melhores condições de vida em todos os seus vectores: disponibilidade de infra-estruturas com oferta compatível com as necessidades da procura, mão-de-obra qualificada em quantidade e com mobilidade e melhores ofertas remuneratórias surgidas nos grandes centros urbanos, dão origem à concentração de riqueza e melhores condições de vida.

A junção do poder económico com correspondência à aglomeração espacial interfere directamente na diferenciação social como resultado da especificidade de cada actividade laboral e das relações económicas resultantes das leis do mercado. A aglomeração social associa-se naturalmente à tipologia do trabalho realizado por cada grupo social, produzindo comportamentos identitários representativos de cada actividade profissional. Os espaços estruturam-se segundo este conceito de identidade laboral, traduzindo-se por comportamentos de referência e de práticas colectivas que dão origem por vezes a bairros marginalizados pela própria sociedade, embora com tentativas contrárias muitas vezes sem êxito.

A organização espacial tem uma correspondência directa com as competências e garantias que no conjunto se inserem no campo da impessoalidade que advém dos níveis de recursos económicos dos seus ocupantes.

Facilmente se assume que a ambição humana nutre pela conquista de melhores condições de vida, originando em ordem crescente uma competição entre os pares, aumentando exponencialmente com a densidade populacional que se transforma em maiores índices de oferta, de diversificação e sistema social complexo. “A cidade oferece um mercado para as capacidades específicas de cada indivíduo e a concorrência individual tende a seleccionar o indivíduo mais apto para o executar” (Park, Burgess e McKenzie, 1976, p.15).

Na conceptualização de recessão económica, Durkheim diz que em certas circunstâncias a sociedade se comporta como o corpo humano. Num período

de jejum cria-se uma descompensação orgânica de alguns órgãos que é compensada por outros no sentido de manter a estabilidade por um tempo tão prolongado quanto possível. Nos períodos de menor abundância a sociedade suporta privações indesejadas que são assumidas no sentido de manter a estabilidade do grupo.

As áreas de maior densidade populacional concentram uma maior densidade de recursos e comunicações onde o espaço se define pela diversificação da oferta, pelas variadas acessibilidades e pela facilidade das relações humanas individuais como parte integrante das regras do mercado no plano social. No meio rural o paradigma é substancialmente diferente. A actividade social global está localizada nas áreas que dispõem de alguma população e naturalmente com fraca capacidade económica e política.

Na perspectiva urbanística, existe uma hierarquização dos espaços em termos económicos que optam pela especialização de um tipo de produto apelativo da sociedade que os tornam potencialmente fortes e exclusivos, trazendo vantagens para as áreas circundantes. Esta congregação está condicionada a motivos de ordem financeira desenvolvida por empresários, técnicos e pessoal administrativo que pretendem dispor de meios padronizados ao seu modo de vida, desenvolvendo condições que contribuem para a economia local, nacional e mundial.

Estes espaços estão agregados à vertente burocrática e esta por sua vez ao poder político como garante da articulação funcional e estável do espaço referenciado. Neste campo, encontram-se as instituições bancárias, as seguradoras, os transportes e as associações comerciais e industriais.

Embora a massificação urbanística se desenvolva no sentido de obter genericamente uma uniformização equilibrada dos recursos que pretendem nivelar-se por índices superiores, o espaço urbano também dispõe de desigualdades de distribuição do poder social, sendo este o diferendo que enaltece a disputa pelos poderes e recursos mais apelativos.

Os novos conceitos de urbanização estão a seguir caminhos que passam pela descentralização da população na procura de espaços que propiciem melhor qualidade de vida.

Os países têm tendência para uma aceleração desenfreada da concentração populacional nos meios urbanos, por à partida oferecem melhores condições de vida, traduzindo-se muitas vezes por processos evolucionistas negativos que não estão relacionados com o fenómeno mas sim com a forma como o problema é instruído. A oferta de mão-de-obra não especializada e de baixo custo, a ausência

de condições sociais e a carência de artigos de primeira necessidade por não dispor de suporte económico, conduzem o indivíduo ao desespero por se sentir marginalizado pela sociedade, que o convida a entrar num mundo problemático de oposição às leis vigentes, por razões que estão associadas à própria sobrevivência. Este mecanismo enche as grandes cidades com manchas sociais ambíguas, onde se aglomera um número crescente de emigrantes constituídos por minorias em expansão nos *ghettos*, por encontrarem formas de sobrevivência e comportamentos similares e estatuto social dentro do próprio grupo. Este problema está a impulsionar o cidadão comum, fundamentalmente da classe média, para espaços periféricos onde podem evitar situações de confrontação e de insegurança, convertendo o interior das cidades ao vazio, sendo o espaço preferencial para actuação da marginalidade.

O poder local

Segundo Xavier Greffe o “desenvolvimento local é um processo de diversificação e enriquecimento das actividades económicas e sociais num determinado território a partir da mobilização e da coordenação dos recursos e das suas energias. Será assim um produto dos esforços da sua população, pressuporá a existências de um projecto de desenvolvimento integrando as suas componentes económicas, sociais e culturais, e fará de um espaço de continuidade física um espaço de solidariedade activa. As pessoas não podem ser reduzidas a uma única dimensão como criaturas económicas... Estamos redistribuindo essa verdade essencial, que as pessoas devem estar no centro de todo o desenvolvimento”.

O desenvolvimento local não é modelo nem receita única para as diferentes situações; quanto muito é um modelo de abordagem dos problemas que põe em evidência as relações não exclusivamente económicas entre os homens para valorizar as riquezas de que dispõem.

A sociedade encontra-se estruturada com base em mentalidades geridas por uma auréola superior formada pelo Estado.

O conceito actual passa por uma mentalização natural em que cada cidadão assume integrar-se na sociedade de modo acomodado, num espaço gerido pelos outros.

É comumente aceite que a modernização constitui um factor de desenvolvimento realizado com a participação de cada indivíduo, alicerçado em novas tecnologias com capacidades cada vez maiores. Esta situação levanta questões que envolve a recuperação no controle do cidadão, do bairro, da sua comunidade

e das formas de desenvolvimento, sobre dinâmicas que tornam a vida social mais acolhedora.

Caracteriza-se o processo de desenvolvimento local por:

- Um processo integrado e diversificado de desenvolvimento;
- Uma diversidade dos actores envolvidos no processo;
- Um dinamismo e capacidade de inovação dos meios;
- Uma atenção especial à formação e informação;
- Uma estrutura económica e social dos poderes públicos.

A análise social face ao espaço urbanístico tem sido alimentada com base em princípios apropriados, sustentando o pressuposto que cada cidadão não se deve intrometer na construção do mundo que o cerca, por se crer que existe algo que assegura a obtenção das condições individuais, com base numa visão difundida pelo poder do estado que garante um planeamento central encarregue de assegurar a ordem social.

O poder local tem vindo a emergir ininterruptamente, tornando-se uma questão primordial da sociedade contemporânea. Esta questão permite encontrar caminhos mais democráticos, através do reforço do poder local, face ao poder central que se encontra na posse das elites.

Os países capitalistas têm vindo sucessivamente a obter uma maior riqueza, criando sólidas estruturas económicas e sociais, a par de um acentuado desenvolvimento tecnológico que lhes permitiu obter uma saudável dinâmica na última década. Esta situação é confrontada em situação oposta à pobreza dos países subdesenvolvidos, problema que tem vindo a ser encarado à esfera mundial.

A situação tem mais peso resultante da política do que da económica. Estas confrontações sociais degeneram em disputa entre classes, onde os detentores do poder se vinculam a um processo de encerramento social, enquanto que os desprovidos de bens tentam a todo custo apropriar-se do pouco que lhes é concedido.

As decisões que traçam o caminho do cidadão são tomadas sem a sua participação. A centralização do poder político e económico conduz a um afastamento e desinteresse generalizado pelos que se encontram em processo de exclusão, volume que tendencialmente vai aumentando nas metrópoles, que tem como única preocupação a sobrevivência diária.

O processo de urbanização tem sido um factor preponderante de desenvolvimento. A população urbana tem vindo quase a duplicar em cada década nos países em desenvolvimento.

O processamento demográfico é um factor social muito lento. Antigamente a sociedade caracterizava-se com a capital e algumas cidades, pelos recursos internos que em si concentravam, cidades que se encontravam envolvidas por uma vasta massa de camponeses. A generalidade dos problemas era decidida na capital. Presente a maioria da população vive em áreas urbanas mesmo que se dedique à actividade rural. A gestão da decisão passou a estar disseminada pelos poderes locais que não carece, em algumas áreas, da intervenção das instâncias centrais do governo. A malha complexa que liga as vilas às cidades e às metrópoles constitui um tecido de interesse para o poder regional e urbano, despertando pouca atenção ao poder central.

Embora o poder esteja restringido a uma faixa estreita da estrutura social, tem vindo a surgir uma evolução gradual na compreensão de que as comunidades estão a desenvolver um processo de participação na organização do seu espaço e de que esse processo está a mudar a forma como as sociedades se organizam.

O poder local tem de ser analisado de uma forma abrangente. A dinâmica social e a evolução tecnológica facultam flexibilidade e diversidade na gestão da actividade social.

Na perspectiva do urbanismo, em termos de democraticidade na tomada de decisões, o cidadão tem vindo a assumir uma maior participação no seu espaço de influência sem necessitar da mediação de grandes estruturas políticas. Neste âmbito, o poder local não pode ser encarado como uma facção que se limita à simples construção de infra-estruturas elementares para melhorar a articulação de espaços. Esta nova dimensão tem grande influência no desenvolvimento económico e social. Impera a opinião de que há necessidade de se processar a tomada de decisão com participação activa da população, passando por uma revisão da hierarquia de competências.

O poder municipal tem sofrido profundas transformações, secundadas pelos meios tecnológicos colocados ao seu dispor, transmitindo uma postura de facilitismo e de competência aos seus munícipes por desenvolver um processo de colaboração e satisfação dos seus anseios, pela transparência administrativa, pela limpeza municipal com participação activa de todos os cidadãos, pelas acessibilidades, pelos transportes, pelos cuidados de saúde, etc.

Todo este desenvolvimento carece de um planeamento exaustivo, com o propósito de poder encaminhar com segurança o traçado árduo da sociedade. Esta acção fundamental passa pelo sector das infra-estruturas, pela energia, pela água, pela limpeza, pela segurança, pelo ensino, pelos transportes, acções que têm de

obedecer às aspirações da sociedade por um período de tempo estabelecido, em sintonia com as regras impostas pelo poder central que surge por vezes como a fonte de financiamento.

O empreendimento tende para a formação de mecanismos de relações horizontais entre empresas e segmentos empresariais, onde cada empresa pode integrar uma malha económica complexa com base em acordos de cooperação tecnológica, de trocas de *know how* e de financiamentos conjuntos. O planeamento ultrapassou o individualismo empresarial passando a ser elaborado segundo um complexo sistema de relações.

A globalização, como factor integrante participativo no espaço comunitário designado por “aldeia global”, está na base das transformações económicas, faz cada vez mais perspectivar o destino dos cidadãos como factor comum e interdependente. Para Adam Smith “é a era dos processos económicos e sociais articulados, da diversificação e complexidade globais que exigem a participação consciente e contribuição organizada de todos. Não são coisas que se resolvem com a “mão invisível” ou com o núcleo tecnocrático de planeamento. Esta questão deve permitir a articulação harmoniosa dos mecanismos envolvidos nos processos de planeamento, no sentido de encontrar a soluções adequadas às necessidades sociais”.

O poder local, como sistema organizado de consensos da sociedade civil num espaço limitado, implica, portanto, alterações no sistema de organização, da informação, reforço da capacidade administrativa e um amplo trabalho de formação tanto na comunidade como na própria máquina administrativa. Trata-se de um esforço do município sobre si mesmo. O essencial do problema é a democratização das decisões, abarcando os cidadãos envolvidos na tomada de decisão, para que possam corresponder às necessidades da população. Esta situação justifica-se através de uma alteração profunda das estruturas pela criação de um sistema político descentralizado.

A cidade tem vindo a ser analisada como o lugar da modernidade e da aplicabilidade da democracia. Independente dos impactos que têm surgido na perspectiva da transformação económica, é um espaço que se encontra associado à emergência de uma nova ordem sócio-espacial, cabendo à cidade a representação de um papel de dualidade social e de uma ordem espacial fragmentada. A análise dos impactos das grandes cidades como espaço marcante de transformações económicas, tem sido um espaço onde tem florescido uma estrutura diferenciada entre ricos e pobres numa corpo fragmentado onde as elites controlam de perto e de modo exclusivo a ordem social.

BIBLIOGRAFIA

- ANFOSSI, A. (1969). “Considerazioni sulla proprietà privata”, in Vários, *Quaderni di sociologia*, n.º 3, p. 325.
- CASTELLS, Manuel (1968). “Y a-t-il une sociologie urbaine?”, in Vários, *Problemas de Investigação em Sociologia Urbana*, Presença, Lisboa,
- CAVALLI, L. (1969). “Ritorno a Middletown”, in Vários, *Quaderni di Sociologia*, Outubro-Dezembro.
- COSTA, A. Firmino da (1999). *Sociedade de Bairro: Dinâmicas Sociais de Identidade Cultural*, Celta, Oeiras.
- DAHL, R. (1961). *Who Governs? Democracy and power in an American City*, Yale University Press, New Howen, EUA.
- DURKHEIM, E. (1962). *La divisione del lavoro sociale*, Ed. Di Comunitá, Milão, Itália.
- FERROTTI, F., (1973). “Le ricerche romane (II): interrogativi sulla città come molteplicità di sistemi”, in Vários, *Crítica Sociológica*, n.º 27, Outubro, p. 24.
- HUNTER, F. (1953). *Community Power Structure Study of Decision Marker's*, The University of North Casroline Press, Chapel Hill, EUA.
- PARK, R. E., BURGESS, E. W. e MCKENZIE, R. D. (1967). *The City*, Chicago University Press, Chicago, EUA.
- STEIN, Maurice R. (1929). *The Eclipse of Community*, Princeton University Press, Princeton EUA.

